



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 04

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS 70

TAQUIGRAFIA

ATA DA 67ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 12 de dezembro de 2017

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelos Srs.

LEBRÃO - 1º Secretário
ANDERSON DO SINGEPERON - Deputado

(Às 18 horas e 47 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adeline Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Ailton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuino Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 67ª Sessão Extraordinária

Legislativa da 3ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da sessão extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passamos a Ordem do Dia.

Solicito o senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – A pedido do Deputado Luizinho.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 188/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 297. Fixa o valor do subsídio dos Procuradores no âmbito das autarquias do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 188/17. Peço ao ilustre Deputado Luizinho Goebel que emita o Parecer neste Projeto com emenda.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente, nobres Pares, Projeto de Lei Complementar 188/17 do Poder Executivo, que aportou esta Casa sobre a Mensagem 297. Fixa o valor dos subsídios dos Procuradores no âmbito das autarquias do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Portanto, a matéria sofreu emenda e como Relator acato a emenda Presidente, e pelas Comissões Pertinentes sou de Parecer favorável à aprovação da matéria para que seja apreciada com os demais pares.

Esse é o nosso relatório senhor Presidente. Só para dizer, registrar, que tem um ditado popular, onde diz que 'a justiça tarda, mas não falha'. E hoje esta Casa está tendo

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manweiler
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

condições de fazer justiça aos nossos briosos Procuradores das Autarquias do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o parecer do ilustre Deputado Luizinho Goebel, favorável com emenda. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 188/17 com emenda. Para discutir o ilustre Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Para discutir, senhor Presidente. Primeiro eu quero agradecer ao Governo do Estado, ao Governador Confúcio Moura, por ter aceitado, por ter acordado e ter enviado esse Projeto dos Procuradores Autárquicos da Assembleia Legislativa. Todos aqui, tanto o DETRAN, principalmente os DERs, os da Idaron, da Junta Comercial, todos, enfim, sabem o quanto foi Deputado Lebrão, quanto foi discutido, o quanto foi sonhado, quanto foi sonhado, quanto foi lutado, o quanto foi brigado para que esse momento estivesse acontecendo hoje. A determinação desses procuradores, às vezes, Deputado Edson Martins, às vezes, eles acreditavam e muitas vezes desistiram, já não acreditavam mais. E, eu queria aqui ressaltar o nosso trabalho, não como líder, mas como Deputado e o trabalho do deputado Cleiton Roque, estivemos passo a passo acompanhando isso, e sempre dizendo para eles: vai dar certo, e esse momento chegou e deu certo, esse mérito é todo de vocês. Todos os procuradores e todos os deputados desta Casa que sempre também nos cobraram para que esse projeto estivesse aqui. Mas eu não poderia deixar Deputado Cleiton, que Vossa Excelência muito trabalhou por esse Projeto, não poderia deixar de agradecer aqui a Casa Civil, agradecer aqui a Sepog, agradecer aqui ao Governo do Estado que eu acho que por tanta insistência, e por tanto bater à porta desses procuradores autárquicos que não são diferentes em nada dos procuradores da PGE do Estado, simplesmente as carreiras são separadas, hoje estão tendo essa vitória, que não passa de um direito de vocês. E o mais importante, o que foi tratado está sendo cumprido, que é a colocação da emenda que nós solicitamos aqui. O Deputado Léo, o deputado Lazinho, todos os deputados aqui assinaram a emenda que é a emenda para tirarmos a extinção do Projeto, tirarmos a extinção. Não é justo uma carreira ser extinta, prestaram concurso público, passaram em concurso público, o porquê da extinção da carreira? Então, não é justo. E temos certeza que vamos fazer a boa conversa, o bom diálogo com o Governo para manter essa emenda e os nossos Procuradores Autárquicos ter a sua carreira reconhecida. Parabéns a todos vocês.

O SR. CLEITON ROQUE - Senhor Presidente, também quero discutir essa matéria me juntando as palavras do Deputado Laerte Gomes, vou ser de maneira muito breve. Eu quero parabenizar principalmente, aos nossos Procuradores Autárquicos pela insistência. Nós sabemos que por muitas vezes recebemos alguns procuradores até desistindo da luta, vendo que estaria perdida. Mas como o Deputado Laerte Gomes bem disse, houve a resistência, ficamos firme e hoje vamos aprovar uma matéria aqui que trata; que beneficia os Procuradores

Autárquicos, corrigindo algo que nós deveríamos ter feito algum tempo atrás e que não foi observado. Então, o Governo, hoje, corrige uma injustiça com essa categoria. Eu quero parabenizar o trabalho que os procuradores desenvolvem no Governo do Estado, no DETRAN, no DER, principalmente. Eu quero parabenizá-lo, porque as nossas ações, as ações do Governo do Estado acontecem nessas autarquias, principalmente pelo comprometimento de vocês e, hoje a Assembleia Legislativa vota 'sim'. Corrigindo, inclusive, com uma emenda, uma proposta do Executivo, entendendo que a carreira não deve estar em extinção. Parabéns, principalmente, a vocês.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, senhor Presidente. Eu também tenho o pessoal que trabalhou comigo três anos e meio lá no DETRAN, estão os procuradores do DETRAN, do DER, do Idaron, todos os procuradores. Parabéns, e o reconhecimento do nosso Governador Confúcio, que depois de tanta luta dos senhores, de tanta conversa e, hoje chegou o grande dia de vocês festejarem esta grande vitória, que se dá aqui hoje nessa nossa Assembleia Legislativa. Sucesso para vocês todos.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, rapidamente. Eu corroboro com os meus colegas a respeito de justiça, de necessidade, de cabimento, de valorização e bom andamento da máquina administrativa. Tanto a impossibilidade de extinguir a carreira sob pena de puni-los, ao contrário do que se espera da estabilidade, da valorização profissional, da garantia de dias melhores para quem empresta seus valorosos serviços, e sua capacidade, a sua propriedade intelectual em defesa do Estado de Rondônia, que é uma conquista muito significativa, justa por eles estarem aqui e acompanharem e eles merecem, logicamente, todas as reverências, assim como os nossos colegas que a gente já tem discutido há muito tempo, o projeto já foi aprovado, estão ali em cima e a gente só, os engenheiros e todos outros, eu também entendo que nada mais é feito do que o razoável, o equilibrado de forma serena por todos nós. Parabéns a todos vocês! Contem com a gente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, ainda só para lembrar a questão desse projeto, que a dos outros funcionários também serão encaminhados para cá, como foi dito na reunião, a questão do DER, não é isso? É bom que o senhor reafirme isso aí para os outros funcionários também ficarem tranquilos, não é?

O SR EDSON MARTINS (Presidente) – Os demais funcionários do DETRAN, o senhor quer dizer? Ou a gratificação dos servidores da Casa, é isso, Deputado Lazinho? Eu não... Do DER. É outro projeto. Eu não entendi.

Vamos colocar em votação o Projeto de Lei Complementar 188/17, votação nominal. O painel já está aberto. Deputados, por favor, os Deputados que estiverem nos gabinetes, que venham ao plenário, votação nominal.

Parabenizar todos os Procuradores pelo bom trabalho prestado. E, com certeza, a reivindicação de vocês é muito justa, sendo atendida pelos Deputados. Parabéns a todos os Procuradores.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria também de parabenizar todos os Procuradores pela conquista. Com certeza não é justo ter uma diferença de salário que havia entre os Procuradores. Com certeza o Governo do Estado e também esta Casa está fazendo justiça. Então, parabéns pela conquista dos Procuradores.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Junior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com 19 votos favoráveis está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 187/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 296. Dispõe sobre o vencimento dos servidores do Grupo I do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, conforme a Lei Complementar 529, de 10 de novembro de 2009, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 187/17, sem parecer. Deputado Luizinho Goebel para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Projeto de Lei Complementar 187/17, de autoria do Poder Executivo, que aportou a esta Casa sob a Mensagem 296. Dispõe sobre o vencimento dos servidores do Grupo I do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, conforme a Lei Complementar 529, de 10 de novembro de 2009, e dá outras providências.

Senhor Presidente, a matéria é legal, constitucional e regimental. Por isso, pelas Comissões pertinentes, sou de parecer favorável à aprovação da matéria.

Presidente, só para dizer que na categoria do DER, no cronograma do DER, nós temos diversos quadros funcionais. E hoje nós fizemos justiça aos nossos Procuradores Autárquicos, estamos aqui de consenso da categoria de engenheiro, arquiteto, engenheiro agrimensor, engenheiro civil, engenheiro eletricista, engenheiro florestal, engenheiro industrial, engenheiro mecânico, engenheiro de segurança de trabalho, geólogo e geógrafo. Nós estamos readequando essa questão de produtividade. Portanto, eu queria deixar um registro e lamentar minha tristeza em relação ao Diretor do DER Ezequiel Neiva, que poderia ter encaminhado tudo junto as matérias dos outros servidores também. Os Deputados que estão aqui, alguns participaram da reunião, outros não participaram, mas na reunião estava presente e Chefe da Casa Civil Emerson Castro, o Presidente da Assembleia Maurão de Carvalho e diversos Deputados que falaram em nome da Assembleia como um todo. E ficou o compromisso do Governo do Estado de Rondônia de encaminhar a readequação da produtividade, Deputado Airton Gurgacz, ficou de encaminhar a readequação Deputado Lazinho da produtividade de todos os servidores. Nós temos dezenas de Motoristas, nós temos dezenas de Agentes de Fiscalização, nós temos outras categorias, como poderia citar Auxiliar de Serviços diversos. Poderíamos citar aqui Economistas, enfim, várias pessoas e nós precisamos que ainda este ano nem que seja numa Sessão Extraordinária, convocada por esta Casa, nós votarmos a matéria dos demais servidores. Eu não acredito, que o nosso colega, que já foi colega de Parlamento, que hoje é Diretor do DER, que tem pretensão política para o futuro que não vai deixar esse legado de justiça aos demais servidores.

Então queria que todos os Deputados, todos os Deputados engrossassem esse coro de pedir o envio desta matéria importante porque os 24 Deputados, independente, da sua região sabe do grande préstimo que tem os servidores do Estado para com a melhoria de vida da população e acima de tudo no fomento da economia do Estado dando condições de trafegabilidade e acima de tudo escoamento da produção e o direito de ir do cidadão do nosso Estado.

Conto com o apoio de todos, muito obrigado. E o nosso parecer é favorável Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Luizinho Goebel. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em 1ª discussão o Projeto de Lei Complementar. Para discutir o Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, eu quero aqui o compromisso do nosso líder, o compromisso do Presidente desta Casa para reafirmar aquilo que foi dito aqui na sala ao lado, agora, pelo Chefe da Casa Civil com relação ao acordo feito aqui com os servidores do DER que não são esses servidores do 1º escalão, é aquele servidor que está em cima de uma patrol até 20h00, 21h00 em cima de um caminhão até 20h00, 21h00 fazendo estrada. E esse compromisso foi firma-

do lá atrás, agora, nós assumimos aqui o compromisso e não sou contra votar para esses cargos que estão aí, mas, nós não podemos votar esses cargos sem lembrar, sem reafirmar compromisso que nós firmamos com a categoria toda e com todos os outros funcionários do DER. Então, eu queria pedir ao Nobre Deputado, líder do Governo nesta Casa, Deputado Laerte, para que reafirme aquele compromisso que foi feito para que a gente possa votar isso daí, porque se não for isso, aí nós vamos ter que rediscutir essa questão do DER. Obrigado senhor Presidente, era isso.

O SR. LAERTE GOMES – Só para concluir, para a gente avançar nas votações senhor Presidente, primeiro, parabenizar aqui os Engenheiros, Arquitetos, Geólogos, Geógrafos, enfim, a todos que são vencedores, o DER tem uma resolutividade muito grande, uma produtividade muito grande, os processos chegam lá, realmente, são analisados com rapidez, com celeridade, então, nada mais justo do que está sendo votado hoje aqui, os Engenheiros estão de parabéns. Segundo, o Deputado Lazineho, nós vamos, esse Projeto dos Motoristas, dos Fiscais, já passou na MENP, não tem impacto nenhum, já amanhã já ficou de discutir para encaminhar aqui para a Casa, pois já passou pela MENP, deve estar na DITEL para vir para cá para a gente vê se ainda amanhã mesmo a gente consegue avançar nessa matéria que estão todos os nossos servidores, os trabalhadores do DER aguardando com muita ansiedade, como nós também, todos aqui da Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, ainda está em discussão eu vou pedir vista do processo, eu vou pedir vista.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero, senhor Presidente ...

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, já foi discutida, a matéria está sendo discutida, o parecer já foi votado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Jesuíno, só que o pedido de vista, já passou a oportunidade que na verdade...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Discussão, é discussão.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Na verdade nós estamos discutindo o Projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Está discutindo a matéria. Está discutindo a matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pode votar. É que eu queria ouvir isso.

O SR. LAERTE GOMES – Está discutindo a matéria. Está discutindo a matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Estava discutindo..., não.

O SR. LAERTE GOMES – O parecer já foi faz tempo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não. O parecer tinha colocado... Não, eu vou abrir vista, "favorecer os trabalhadores", só isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria... oh! Líder, eu queria, senhor Presidente, isso aqui está uma bagunça.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só gostaria de pedir o seguinte, vamos discutir esse Projeto...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu estou discutindo o Projeto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vamos discutir esse Projeto, a questão do outro Projeto, vamos só cumprir o tempo regimental.

Para discutir o Deputado Hermínio Coelho. Deputado Hermínio, com a palavra.

O SR. HERMÍNIO COELHO – A questão é a seguinte. Todos os Projetos aqui para aumento de categorias de Engenheiros, de Médicos, de Procuradores, de enfim, todos os Projetos eu tenho votado favorável e jamais eu vou votar contra, mas, esse Governo, eu não consigo compreender esse Governo, é o seguinte: você sabe, só para lembrar vocês aqui se vocês não sabem. Sabe quanto é que ganha um motorista da ambulância, dessas ambulâncias do Governo que anda de Vilhena a Guajará-Mirim carregando gente doente durante dia e noite? Eles ganham Deputado Lebrão R\$ 900 reais. Sabe quanto ganha um Técnico de Enfermagem que trabalha no CEMETRON correndo o risco de pegar AIDS, Diabete, todo o tipo de bicho, RE 1.500 reais. Sabe quanto ganha um Professor? Ganha 2 contos. O Policial civil, ganha sei lá, 3 contos, e aqui de vez em quando vem Projeto para aumentar o salário de Coronel, para aumentar salário do Delegado, vem salário para aumentar salário sempre dos maiores, eu não sou contra aumentar o salário dos maiores, meu amigo, isso virou moda. Está há 05 anos, há 05 anos que os servidores, os professores, o policial civil, soldado militar, os agentes penitenciários, os servidores, os pequenos do DER que não ver nem a inflação cara, que não ver nem a inflação. Aí, é como eu falei para você; eu voto sim porque até para o engenheiro do Estado de Rondônia, também não ganha muito, ganha pouco. Mas, eu queria, o Governo tinha que tratar todos os servidores iguais, na hora que aumentasse do Coronel, aumentar até o soldado. Na hora de aumentar do engenheiro, que aumentasse até o motorista, o operador de máquina lá do DER. Na hora que fosse para aumentar o salário do médico, aumentasse até o motorista da ambulância. É esse tipo de coisa que infelizmente meus companheiros deputados, isso virou uma prática no Governo, Deputado Adelino, virou uma prática que infelizmente a gente tem que condenar. Aqui nesta Casa e na Câmara de Vereadores, quando eu aumentava o salário do Procurador Geral, eu aumentava da nossa companheira que faz o cafezinho ou o que limpa o chão, aumentava igual. Eu nunca dei um centavo a mais para um Procurador, que eu não desse igual para os trabalhadores que são, trabalhadores pequenos, os menores. Por isso, quero deixar aqui, eu acho que até os próprios Procuradores do DER quando fala de agilidade, no caso muitas vezes, não têm essa agilidade toda não, mas para pagar um processo, para pagar um processo, um processo, uma falta de uma ponte, de um anel viário lá de Ji-Paraná, eu nunca vi tanta agilidade, numa semana eles agiram, uma tal de Câmara "arbitral", junto com o Procurador, junto com alguns procura-

dores do DER, principalmente com esse Ezequiel Neiva, se juntaram e levaram trinta milhões, trinta milhões dos cofres do Estado. E eu denunciei em todo canto e se não der nada, em fevereiro eu vou fazer uma visita ao Papa Francisco, eu vou recorrer ao Papa, eu vou em Roma recorrer ao Papa Francisco, porque, dizer: Papa, nos acuda, Papa. Pedir socorre porque não tem mais jeito. Se o Senhor não for lá em Rondônia, dá um jeito nesta putaria, infelizmente não tem mais jeito.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero discutir...

O SR. JESUÍNO BOABAID – É só pedir Vista, só pedir Vista. Porque eu vi duas funcionárias, duas servidoras conversando com o Deputado Léo Moraes, até eu fui lá ouvir. Mas, por mim, já nem, não tem essa questão de Vista. Vamos votar, projeto de servidor tem que votar sempre de forma continua.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deputado Jesuíno, nós até entendemos que os servidores, eu falei, nós estávamos falando da questão desse quadro de servidores, eu falei da questão da produtividade dos demais. Por isso que houve esse mal-entendido, mas já está esclarecido e parabéns pela preocupação Deputado Jesuíno.

(Às 19h12min, o Sr. Edson Martins passa a Presidência ao Sr. Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Chegou em um consenso. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, só para discutir.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Esse projeto, os engenheiros foi, há três anos, nós tramitamos um projeto para beneficiar todos os engenheiros em cima da tabela do DER. Que o DER ganhava menor e todos os engenheiros estavam defasados. Em função do ganho que nós conseguimos dos outros engenheiros, o DER ficou menor. E agora então está fazendo justiça, está igualando. Então parabéns aos engenheiros, foi uma batalha muito grande anteriormente junto com o Sindicato, junto na Casa Civil, junto com o Governador para poder conquistar lá atrás e agora vocês estão conquistando mais um passo para diante. Parabéns a vocês.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 187/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda votação. Está aprovado o Projeto.

Só fazendo uma correção, a votação é nominal. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim

- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- Abstenção
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 16 votos sim, e 01 abstenção está aprovado. Vai à segunda. Está aprovado o projeto.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 833/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 211. Altera, acrescenta e revoga os dispositivos da Lei 688, de 27 de dezembro de 1986, que 'Institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências'.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, não está aqui no parecer?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu posso dar o parecer?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pode.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Trata-se do Projeto de Lei 833/17 do Poder Executivo/Mensagem 211. Altera, acrescenta e revoga os dispositivos da Lei 688, de 27 de dezembro de 1986, que 'Institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências'.

Esse Projeto, hoje, nós reunimos com o Ono, que é Secretário Adjunto da SEFIN, junto com outro auditor fiscal. E o que ocorre é que o Supremo Tribunal Federal, em sede decisão, ele deu entendimento que o consumidor quando faz uma compra, ele tem exemplo, ele pode ter um abatimento, o Estado tem que devolver conforme o valor comprado. Já que está se construindo uma questão de paridade, do jeito que ele tem condições, se ele comprar maior deverá também compensar o Estado em produto. Então, foi uma situação do en-

tendimento do próprio Supremo, e o Estado apenas está regulando a situação também dessa norma, adequando a legislação estadual. E o Grupo TATE, está adequando também uma situação que é uma questão administrativa, que o processo administrativo tributário que é o PAT, e o TATE também. Então, somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 833/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 849/17 DA MESA DIRETORA. Concede Abono Natalino Excepcional no mês de dezembro de 2017 para os servidores do quadro de pessoal efetivo, cedidos, agregados e para os nomeados em cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, emitir parecer pelas Comissões Pertinentes do Abono Natalino dos Servidores desta Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei 849/17. Autor Mesa Diretora. “Concede Abono Natalino excepcional no mês de dezembro de 2017 para os servidores do quadro de pessoal efetivo, cedidos, agregados e para os nomeados em cargo de provimento em comissão da Assembleia Legislativa”.

Aqui nós acrescentamos também os policiais militares que também se encontram agregados. Dizer a todos os servidores desta Casa, que surgiu um buchicho, que surgiu uma série de informações que esse Deputado que agora relata o processo, o Projeto, era contra. Jamais fui contra a qualquer Projeto de Lei, bem como a servidor. O que eu sou totalmente contrário é o excesso que nós temos que nós iremos ter desses nossos direitos que são constitucionais, vamos falar nossas férias estendidas, eu sempre fui contra, recesso para mim é excepcional, deveria ser num total de no máximo de trinta dias. Mas, como a Constituição nos garante, eu também sou voto vencido. Então, somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes, pelo Projeto que irá conceder o Abono Natalino, excepcional no valor de R\$ 1.000,00 reais para todos os servidores dessa Casa de Leis, Presidente que fazem jus também.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado deputado Jesuíno Boabaid, fazer o registro aqui do Presidente do SINDLER, nosso amigo Rubinho que fez um trabalho aí para que nós pudéssemos ceder esse auxílio natalino aos servidores. Então o nosso reconhecimento Rubinho pelo seu trabalho que você vem fazendo a frente do Sindicato dos Servidores desta Casa, em defesa do servidor, com seu jeito humilde,

simples, buscando resolver o problema, ajudar o servidor desta Casa. Então fica o reconhecimento da nossa Casa, do Poder Legislativo pelo teu trabalho que você tem feito a frente do Sindicato. Em discussão o parecer do deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente só lhe parabenizar por essa iniciativa, eu tenho certeza que agora todos os nossos servidores que o senhor acabou contemplando todos, os cedidos, os comissionados, os efetivos estão felizes e em nome deles eu quero lhe parabenizar, lhe agradecer que pode ter a gente certeza que com essa ajuda de custo que o senhor está concedendo. Nós podemos dizer que os nossos servidores terão um feliz natal. Obrigado Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda em discussão parecer.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente eu quero, é o parecer?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É o parecer.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Questão de Ordem Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Já foi aprovado o parecer?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está em discussão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, eu vou discutir o projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – deputado Geraldo...

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Quero aproveitar a oportunidade também Presidente, para parabenizar Vossa Excelência cada dia que passa nessa Casa, eu me surpreendo mais com o senhor e fico mais feliz e orgulhoso de ter um Presidente do caráter, da competência e do ser humano que Vossa Excelência tem mostrado que é. Eu me sinto honrado, parabéns e que Deus te abençoe Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado deputado Geraldo pelo apoio. Ainda em discussão o Projeto?

O SR. HERMINIO COELHO – É o projeto ou o...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É o projeto. Ainda para discutir deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero Maurão, agradecer Vossa Excelência, agradecer ao Presidente e todos os deputados. Quando surgiu essa conversa desse abono, que a gente tinha dado em 2012 se não engano, a gente vê a satisfação dos servidores, tanto estatutário como nos gabinetes, os servidores todos da Casa a satisfação. Obrigado Excelência por ter atendido, isso faz uma diferença porque o salário do trabalhador, ele já está todo comprometido e esse milzinho como

não estava sendo esperado, ele é que vai fazer o natal mais feliz para todos os trabalhadores dessa Casa, estatutário e tudo. Obrigado a Vossa Excelência, obrigado todos os nossos colegas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado deputado Hermínio, deputado Hermínio que foi um dos primeiros deputados a incentivar que a gente pudesse ceder esses mil reais. Então como o deputado Hermínio falou, o salário já está todo comprometido para pagar as contas, esses mil reais é o que dá para fazer realmente a ceia natalina.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente só uma Questão de Ordem. Eu só também gostaria de parabenizar. Na verdade, o deputado Hermínio, puxou a iniciativa de fazer esse abono natalino. Eu acho mais do que justo o servidor que trabalha o ano todo, muitos têm até empréstimo e com certeza esses mil reais vão dá para fazer um natal bem mais feliz com a família. Parabéns a todos com certeza têm o meu apoio.

O SR. SÓ NA BENÇA – Sr. Presidente Questão de Ordem? Eu quero aqui também parabenizar Vossa Excelência por essa iniciativa tão importante de grande valia, desses funcionários, desses servidores dessa Casa que tanto trabalham servidores que a cada dia, a cada momento que a gente vê o esforço nos olhos de cada um, e também no seu próprio trabalho e esta ansiedade que cada um deles já vinha sentido no seu coração de poder receber esse abono. Então senhor Presidente quero aqui lhe parabenizar e também parabenizar todos, todos os servidores dessa Casa, que este natal seja o natal repleto de felicidade para cada um de vocês, cada um de nós e que 2018 vamos continuar juntos aqui trabalhando sempre firme em prol de toda a população do nosso Estado de Rondônia. Obrigado Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado deputado Só na Bença. Em discussão e votação o parecer do deputado Jesuíno Boabaid. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado.

Em primeira discussão o Projeto de Lei 849/17. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a segunda.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário Ad Hoc) – PROJETO DE LEI 844/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 291. Acrescenta, altera e revoga dispositivo do artigo 28 da Lei nº 982, de 6 de junho de 2001.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 844/17, solicito do deputado Adelino Follador para emitir parecer pelas comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É o Projeto de Lei 844/2017. Acrescenta, altera e revoga dispositivo do artigo 28 da Lei nº 982, de 06 de junho de 2001.

Este projeto visa fazer justiça em função da cobrança que está hoje, até uma reivindicação da Comissão de Agricultura, que era cobrada em cima da carga do gado e agora vai

ser cobrado por cabeça, então está atendendo uma reivindicação nossa para ser mais justa, quem vende mais paga mais porque antes fazia um bi-trem aí pagava a mesma coisa de algumas cabeças que a pessoa vendia. Então somos de parecer favorável pelas comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda para discutir, está com parecer. Deputado Lazinho da Fetagro para discutir o parecer.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente, esta Casa está fazendo hoje uma justiça porque nós tivemos produtores sendo multados por carregar uma galinha do campo, lá da roça para a cidade. O Deputado Adelino falou de uma outra disparidade na questão da cobrança da GTA, hoje está de acordo. Obrigado pelo parecer nobre Deputado Adelino Follador, membro da Comissão de Agricultura. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. CLEITON ROQUE - Sr. Presidente, eu quero não discutir o parecer, mas o projeto está em discussão?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão o projeto.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, eu quero discutir este projeto, porque é o seguinte; ele começou numa discussão envolvendo os piscicultores, a prática realizada pelo IDARON utilizava a mesma prática para atividade bovina e para a piscicultura também, ou seja, encarecia o GTA do piscicultor, algo drasticamente. Nós nos reunimos para que houvesse a redução na questão da piscicultura, o que o comando do IDARON achou? Incluir todas as demais atividades também que estavam prejudicadas. Então eu agradeço ao Governador Confúcio Moura, o Presidente do IDARON que atendeu o nosso apelo, a Comissão de Agricultura já vinha debatendo há algum tempo essa pauta também que veio a calhar quando trouxemos à tona a questão da piscicultura. Então um projeto importante que inclusive vai baixar o valor do GTA para o pequeno produtor, na realidade existia uma desproporção, Deputado Lazinho, onde o beneficiado era o grande produtor de gado, com este projeto de lei beneficia, Deputado Adelino, o pequeno produtor que vai pagar muito menos pelo seu GTA.

O SR. LAERTE GOMES – Só para acrescentar, vai baixar de 3,45 para 2,50.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse não tem aquele negócio de cobrar GTA de galinha não, né? Então está bom. Porque se tiver eu sou contra esse projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Ser contra este projeto, Presidente, é ser contra todos os pequenos produtores do Estado de

Rondônia, eu tenho certeza que V.Ex^a não é, este projeto baixa o preço do boi, do ovino, do caprino, de tudo...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Presidente pode votar tranquilo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu sei. Mas o que não dá para admitir é um produtor ter que para trazer uma galinha para vender na cidade ter que tirar o GTA.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É justamente isso aí, está isentando o produtor que transporta até 50 cabeças.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Até 50 está previsto.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Está isento.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está isento, está bom. Cabrito também até 50?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Até novilha isso aí está entrando?

O SR. LAERTE GOMES – Não, não, galinha, frango para não dizer galinha.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Antes se matasse um frango e trouxesse um frango era cobrado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É um absurdo cobrar de frango, é absurdo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Mas era cobrado. Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 844/17. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 830/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 282. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por anulação para atender Despesas Correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e outras Despesas Correntes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte para emitir o parecer pelas comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Matéria de autoria do Poder Executivo/Mensagem 282 Projeto de Lei 830/2017. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por anulação para atender Despesas Correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e outras Despesas Correntes.

Somos de parecer favorável pela Comissão de Justiça e demais comissões das Comissões pertinentes, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão o Parecer do Deputado Laerte Gomes. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o Parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei 830/17. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 186/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 294. Altera a redação do § 1º do artigo 53 da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir o Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei Complementar 186/17/Mensagem 294. "Altera a redação do § 1º do artigo 53 da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992".

É um projeto muito importante, onde facilita a cedência devido dos funcionários serem cedidos do Executivo. Então, com certeza nós somos de Parecer favorável. Isto aqui é uma reivindicação de todos os Prefeitos, de todo o Governo do Estado. Somos de Parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Parecer do Deputado Adelino Follador. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o Parecer.

O Pannel já está aberto à votação é nominal.

O SR. CLEITON ROQUE – Para discutir, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputado Cleiton.

O SR. CLEITON ROQUE – Enquanto acontece à votação eu quero discutir a matéria. Eu quero parabenizar o Governo do Estado e parabenizar a Assembleia Legislativa e os nossos servidores estaduais cedidos aos municípios. A gente sabe da luta que foi, principalmente, os Prefeitos dos pequenos municípios como Pimenta Bueno, como Cerejeiras, como Alta Floresta em que o servidor já estava há 30 anos lotado no município e aí o Estado fez o chamamento destes servidores. Através deste Projeto de Lei, através desta Casa da grande maioria dos deputados estaduais. Que eu me lembro Deputado Adelino fazendo gestão, Deputado Jean Oliveira, Deputado Dr. Neidson, vários deputados trabalhando para que o Governo fizesse a correção na legislação. E a Lei 68 está sendo alterada hoje, criando o dispositivo em que se o servidor estiver na área afins, no caso específico à Saúde, ele pode ser cedido ao município, pode continuar na sua cidade onde mora há muitos anos. E com certeza o Estado ainda arcando com ônus destes

servidores. Então, quem ganha com isso é a população, são estes servidores, e é uma conquista desta Casa que trabalhou nos últimos meses arduamente neste projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ainda para discutir, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Este é um projeto que faz justiça. Inclusive muitos Agentes de Saúde lá da linha que já estão trabalhando há 36 anos, e o Estado queria tirá-los de lá e trazer para o Estado. E os servidores estão prestes a se aposentar e está fazendo uma justiça muito grande e com certeza o Deputado Cleiton falou muito bem. Foi uma iniciativa aqui desta Casa, nós chamamos aqui na época a Casa Civil, chamamos aqui o Secretário de Saúde, e graças a Deus agora veio combinar com a mudança da Lei para poder permanecer estes servidores, fazer justiça. Nós temos servidores que fizeram concurso aí há 30 anos querendo trazer eles para Porto Velho, trazer eles para outras cidades que não tinha a mínima condição. Então parabéns ao Governo do Estado que reconheceu. Parabéns a Assembleia que aprovou um projeto tão importante para fazer justiça no Estado de Rondônia. Obrigado.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Este aqui é um projeto muito importante, gente, que vai tranquilizar, principalmente, os nossos Prefeitos que tem os servidores cedidos. E com isso a Assembleia está autorizando o Governador a ceder os servidores para uma Prefeitura ou outro órgão desde que ele esteja trabalhando, prestando serviço. E já temos hoje a grande maioria deste servidor cedido para os municípios.

Alguns deles já têm 30 anos de cedência e o Governo estava tendo que tirar. E com isto vai ficar autorizado. É um projeto fantástico, vai ser importante, principalmente para os Prefeitos.

Com 24 votos favoráveis está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O Deputado Lazinho votou e não apareceu. São 23 votos, com voto do Lazinho, só fazendo a correção. Que não apareceu o voto do Deputado Lazinho.

Deputado Hermínio o senhor votou nesse Projeto, no Projeto da cedência dos servidores? Não, Deputado Hermínio, já passou. Ainda tem jeito, tem? Então vota aí Deputado Hermínio. O Deputado Hermínio votou, então, agora são 24 votos. O voto do Deputado Lazinho não foi contabilizado. Mas ele faz questão que faça o registro. Ele está meio desgastado, votou demais.

Agora conseguiu Deputado Lazinho. 24 votos. Voto por unanimidade. Vai à segunda.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – AUTOR PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 293, PROJETO DE LEI 846/17. Dispõe sobre a fixação de prazos para elaboração da avaliação Atuarial do Regime Próprio da Previdência Social – RPPS dos servidores Públicos do Estado de Rondônia, na forma que especifica, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto encontra-se em parecer. Solicito ao Deputado Marcelino Tenório para emitir o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei 846/2017, de autoria do Poder Executivo/Mensagem 293. Dispõe sobre a fixação de prazos para elaboração da avaliação Atuarial do Regime Próprio da Previdência Social – RPPS dos servidores Públicos do Estado de Rondônia, na forma que especifica, e dá outras providências.

Senhores Deputados, senhora Deputada, diante da legalidade e da constitucionalidade do Projeto, o meu parecer é favorável pela aprovação do Projeto senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Marcelino Tenório. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão votação e o Projeto de Lei 846/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à Segunda.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – AUTOR PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 298, PROJETO DE LEI 848/17. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro e por anulação até o montante de R\$ 83.762.356,82, em favor das Unidades Orçamentárias: SEFIN, SUGESP, SEGEP, DER, SESDEC, SEDUC E FES.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Marcelino Tenório, para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei 848/2017, de autoria do Poder Executivo/Mensagem 298. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro e por anulação até o montante de R\$ 83.762.356,82, em favor das Unidades Orçamentárias: SEFIN, SUGESP, SEGEP, DER, SESDEC, SEDUC E FES.

Senhores deputados, senhor Presidente, senhora deputada, diante da legalidade e da constitucionalidade do Projeto, o meu parecer é favorável pelo segmento da matéria pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Marcelino Tenório. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão o Projeto de Lei 848/17. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – AUTOR DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. PROJETO DE LEI 840/2017. Altera a alínea "f", inciso I, artigo 27, da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, para alterar a alíquota de ICMS incidente sobre a energia elétrica.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Marcelino Tenório para emitir o parecer pelas Comissões, com emenda, dá uma olhada aí.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei 840/2017, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que "Altera a alínea 'f', inciso I, artigo 27, da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, para alterar a alíquota de ICMS incidente sobre a energia elétrica".

Senhor Presidente, diante da legalidade do Projeto e constitucionalidade e redação, o meu parecer é favorável pelas Comissões pertinente, acatando a emenda, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – acatando a emenda, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Marcelino Tenório. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer com emenda.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 840/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 214/17 DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Soldado PM Carlos Eduardo Lucena de Souza.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Marcelino para emitir o parecer.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Decreto Legislativo 214/17 do Deputado Saulo Moreira. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM Carlos Eduardo Lucena de Souza.

Todas as especificações foram contempladas, dentro da legalidade e constitucionalidade do projeto, e redação, senhor Presidente. Meu parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Marcelino Tenório. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo 214/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 829/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 281. Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.473, de 13 de maio de 2005, que 'Concede Crédito Presumido nas Operações de saída interestadual de mercadoria importada do exterior'.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte para emitir parecer pelas Comissões.

O SR. LAERTE GOMES – Matéria do Poder Executivo, Mensagem 281, Projeto de Lei 829/17. "Acrescenta dispositivos à Lei 1.473, de 13 de maio de 2005, que 'Concede Crédito Presumido nas operações de saída interestadual de mercadoria importada do exterior'".

Somos de parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Laerte Gomes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu queria discutir o projeto por que... É ICMS que a gente está debatendo? Eu queria que o líder explicasse o que é.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A gente está discutindo o parecer. Em discussão o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 829/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram,

os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 835/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 283. Altera dispositivo da Lei nº 3.507, de 3 de fevereiro de 2015, que 'Institui programa de estágio remunerado, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG e da Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH'.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Laerte Gomes para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Mensagem 283 de autoria do Poder Executivo, Projeto de Lei 835/17. "Altera dispositivo da Lei nº 3.507, de 3 de fevereiro de 2015, que 'Institui programa de estágio remunerado, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG e da Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH'".

Senhor Presidente, somos de parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Qual o valor aí, Presidente? Qual o valor?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão o Projeto de Lei 835/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 843/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 290. Institui o Programa de Recuperação de Reparação de Créditos da Fazenda Pública Estadual – REFAZ – VI.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem parecer. Solicito do Deputado Laerte Gomes, para emitir o parecer.

Deputado Laerte, esse aí é o do REFAZ?

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de matéria de autoria do Poder Executivo, Mensagem 290, Projeto de Lei 843/17. "Institui o Programa de Recuperação de Reparação de Créditos da Fazenda Pública Estadual – REFAZ – VI".

Conhecendo o Projeto, esse Projeto é o último REFAZ, é o último Programa de Recuperação de Crédito para as nossas micros, pequenas, grandes empresas...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Quantos milhões?

O SR. LAERTE GOMES – Que vai haver nos próximos quatro anos. Já foi decidido pelo CONFAZ que nos próximos quatro anos não pode haver mais Programa de Recuperação Fiscal de Empresas. Então, esse é o último que o Estado está concedendo, aprovado por unanimidade no CONFAZ, regulamentado pelo Ministério da Fazenda e pela Receita Federal. Então, senhor Presidente, vai ser a oportunidade única que as empresas, as micros e pequenas empresas médias, grandes do nosso Estado vão ter para poder se regulamentar junto ao FISCO e o Estado tem feito uma série de ações nesse sentido como foi feito com os precatórios e como foi feito agora com o REFAZ e como foi feito o aumento do SIMPLES.

Então, o nosso parecer senhor Presidente, nós somos de parecer favorável ao referido Projeto pela constitucionalidade, legalidade, pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, eu queria colocar Emenda aí, eu não sei...

O SR. LAERTE GOMES – Não pode. Essa Emenda que Vossa Excelência quer colocar, nós temos que trabalhar, é para vir lá do Executivo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu vou pedir vista.

O SR. LAERTE GOMES – Que é a questão da Ambiental e do IDARON.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não. Eu já pedi vista do processo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já pediu?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero vista do processo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então peça. Está concedida.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Tem que aguardar vista do...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nós precisávamos colocar a Emenda aí...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Lógico, tem que ter.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Também ter o incentivo...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Depois a gente aprova. Eu já pedi vista, eu quero que respeite minha vista.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Por exemplo, para o pessoal do IDARON. Não ficou de nós colocarmos as multas do IDARON e a do DETRAN também? E o IPVA?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos aguardar. Tem vista. Tem vista.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só para explicar. Esse trabalho Vossa Excelência está corretíssimo no que quer fazer, que é questão ambiental, questão do IDARON, essa matéria tem que vir do Governo. A Emenda...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, vamos esperar o Governo mandar, nós não vamos votar essa aí não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos aguardar amanhã ele manda. Deferiu?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está deferido. O Deputado Jesuino já pediu. Está deferido Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Nós temos senhor Presidente, nós temos o prazo para votar essa matéria para não perder o CONFAZ.

O SR. JESUÍNO BOABAID – amanhã a gente aprova.

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência analise bem aí para amanhã podermos votar essa matéria. E só para colocar essa questão ambiental e do IDARON, porque todo mundo quer, ela também já tende no Projeto das Precatórias.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Foi concedida a vista, mas, eu entendo também que é necessário votar. Nós há poucos dias votamos, mas depois foi detectado o erro, porque um Estado do Brasil não tinha solicitado essa renovação, o Paraná, e é uma matéria extremamente importante porque nós temos vários pequenos comerciantes do Estado que tem nos cobrado um posicionamento favorável a isso. Mas, importante, amanhã o Deputado Jesuino deve deliberar sobre essa matéria.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente não tem problema algum quanto à questão do pedido de vista e sim, eu concordo o pedido de vista do Deputado Jesuino e só digo o seguinte: não dá para ser colocado no texto do REFAZ essa situação das multas punitivas, IDARON e SEDAM, porém, já está sendo trabalhado um Projeto de Lei para que venha para Casa para que seja votado que atenda também a questão das multas punitivas do IDARON e SEDAM.

O SR. LAERTE GOMES – Sob pena Presidente, Presidente, depois o Deputado Jean mostra para Vossa Excelência. Presidente, Vossa Excelência que questionou o Projeto, a sua Emenda, Vossa Excelência tinha pegado o Projeto, nós corremos o risco se não votarmos essa matéria esse ano, amanhã, se for à última Sessão, nós corremos o risco de perder o REFAZ, prejudicando milhares e milhares de empresas no Estado de Rondônia. A sua preocupação ela é perfeita, mas, só que nós temos que trabalhar então para vir esse Projeto aqui para se adequar, agora, nós não podemos condicionar esse Projeto a outro, porque senão nós vamos prejudicar todos os micro e pequenos empresários.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vamos trabalhar, vamos trabalhar. O Deputado Jesuino já pediu vista,

amanhã nós vamos conversar, queremos esse outro Projeto. Que mande então esse outro Projeto que era para mandar já junto. Já que não deu para mandar eu ia vê se cabia Emenda.

O SR. LAERTE GOMES – Não dá senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Porque não é justo o IDARON multar do jeito que ele faz essas multas exorbitantes que são umas multas que as pessoas recorrem e não tem chance de ganhar e além dessas multas que nós temos hoje na Secretaria de Meio Ambiente que também é um absurdo. As pessoas não têm condições de pagar. Então é preciso nós darmos incentivo a essas pessoas também.

O SR. LAERTE GOMES – Eu só queria Presidente, deixar colocado aqui...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – E o IPVA também.

O SR. LAERTE GOMES – Não. Mas não dá para condicionar, não dá para condicionar questão ambiental com questão do IDARON para questão do REFAZ.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Que REFAZ? Amanhã a gente conversa Deputado Laerte, a gente compõe, a gente compõe.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Líder, Deputado Líder, já está concedido e amanhã a gente vê isso, ajude lá o Governo mandar esse Projeto amanhã aqui que a gente resolve.

O SR. JEAN OLIVERIA – Presidente, senhor Presidente, só para reforçar. O IPVA é importantíssimo para toda sociedade que tem uma renda um pouco mais baixa e está com dificuldade de se regularizar com os seus impostos e o IPVA é importantíssimo. Então, nesse refaz era interessante colocar o IPVA também Deputado Laerte, líder do Governo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 841/17 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Ferroviários da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – ASFEMM, com sede no município de Porto Velho/RO.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já está com parecer de autoria do Deputado Dr. Neidson, favorável. Em primeira discussão e votação, o Projeto de Lei 841/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 212/17 DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM Elvis de Oliveira Godoy.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto se encontra sem parecer. O Deputado Saulo Moreira. Solicito ao Deputado Laerte Gomes, emitir o parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Projeto de Decreto Legislativo nº 212/17 do nobre Deputado Saulo Moreira. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM Elvis de Oliveira Godoy. Somos de parecer favorável pelas comissões de Constituição e Justiça e demais comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Laerte Gomes. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 212/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc)- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 189/17 DA MESA DIRETORA. Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 731, de 30 de dezembro de 2013, que "Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia".

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, Senhor Presidente, faltam quantos projetos Deputado Anderson? Faltam quantos projetos? Faltam quantos projetos?

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – Dois.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não. Eu peço que a gente sobreste aqui a Sessão para gente conversar uma situação pontual que o Deputado Hermínio pediu para conversar. E esse projeto se refere a isso também. Eu peço a Vossa Excelência que a gente converse ali ou a gente coloca todos esses projetos amanhã para pautar. Entendeu? Todos os projetos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Tira de pauta.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Todos que estiverem de situação, a gente tira de pauta. Não, a gente vai ter que conversar Deputado Jean, o Deputado Hermínio, respeita a situação, a gente vai conversar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É do servidor? A gente põe para votar amanhã. É isso que ele está pedindo?

O SR. JESUÍNO BOABAID – A gente para votar amanhã, a gente conversa ali atrás, a gente conversa, se reúne agora.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu não vou aceitar que tire de pauta esse projeto. O projeto foi exaustivamente discutido, nós temos desde as 03:00 horas da tarde, agora são 08:00

horas da noite. Nós temos a presença de servidores, que na maioria deles são pessoas de idade...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Dois projetos Deputado Jean, são dois projetos que têm aí alterando. Qual é esse aí?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, o projeto que eu estou discutindo...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Qual é esse aí? São dois 730 que estavam alterando aí. Têm que ver qual é...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jean, explica o projeto aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Traz aqui para mim, por favor. Projeto 189, não é o projeto. Eu não sei qual é o projeto que o senhor está falando. Mas, o projeto que nós estamos discutindo...

O SR. JESUÍNO BOABAID – São dois que estão mexendo com a estrutura da Casa.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Isso, isso. Mas, esse projeto aí...

O SR. JESUÍNO BOABAID – São dois que estão mexendo aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, esse projeto Deputado Jesuíno, nós não temos problema nenhum. Mas, esse eu não abro mão. Presidente, peço até que seja o próximo a ser votado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito a próxima matéria Secretário.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213/17 DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Soldado PM Marcos de Oliveira.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Laerte Gomes emitir o parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de matéria do nobre Deputado Saulo Moreira, o Saulo da Renascer, Projeto de Decreto Legislativo nº 213/17. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Soldado PM Marcos de Oliveira.

Nós somos de parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e demais comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo 213/17. OS Deputados favoráveis permaneçam como se encontra e os contrários se manifestem. Está aprovado à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 189/17 DA MESA DIRETORA. Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que “Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Laerte, para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de matéria de autoria da Mesa Diretora, Projeto de Lei Complementar 189/17. Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que “Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”.

Um trabalho aqui do Deputado Jean de Oliveira. Somos de parecer favorável pela Constitucionalidade, Legalidade e boa redação técnica pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o parecer favorável do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 189/17. Os Deputados favoráveis votam.

O painel está aberto, votação nominal.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 20 votos. Está aprovado. Vai á segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, nobres colegas Deputados. O que nós estamos fazendo aqui é um ato pequeno diante de uma circunstância histórica que nós estamos corrigindo. Nós estamos dando aos servidores da Casa, vinte e um mais ou menos, vinte e um exatamente o direito deles que foram suprimidos ao longo de várias reformas que a Casa passou. Então, o que nós estamos fazendo aqui é reconhecer o nível de escolaridade como nível técnico dos nossos servidores, criando o espaço deles no organograma da Assembleia, é simplesmente justa que nós estamos fazendo aqui hoje.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – E alguns deles, nós temos aí acho que cinco desses servidores que já estão inclusive aposentados, o Ciro que é nosso amigo, está ali, a Socorro e tantos outros que estão ali que já foram aposentados e que vão ter esse benefício. Muito obrigado aí por todos os Deputados entenderem, era um trabalho feito aí pelo Deputado Jean, e que com certeza com a conquista de vocês, todos os servidores.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 211/17 DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM Luiz Carlos da Rocha Júnior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte, para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, matéria de autoria do Deputado Saulo Moreira. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM Luiz Carlos da Rocha Júnior.

Projeto de Decreto Legislativo 211/17. Nós somos de parecer favorável pela Constitucionalidade, Legalidade, boa redação técnica, pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes à referida matéria de autoria do nosso nobre Deputado Saulo Moreira.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer favorável do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo 211/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai a segunda.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO COLETIVO. Os parlamentares que o presente subscreve requer a Mesa Diretora que seja incluído na Ordem do Dia da Sessão, altera dispositivos da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011, que “Dispõe sobre a exclusão de áreas da Estação Ecológica Estadual Serra Três Irmãos, da Área de Proteção Ambiental Rio Madeira, da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Vermelho – C e da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e destina tais áreas para formação do Lago artificial da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio”, para conformação do lago artificial da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e otimização da geração

do potencial elétrico. Considerando que o mesmo se encontra sobrestado na sua tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação dessa Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente só a título de informação quantas assinaturas nós temos aí? Oito? Treze?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Sr. Presidente eu quero pedir vista desse projeto?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, ele tem que pautar agora. Agora o plenário tem que aprovar o requerimento de inclusão, agora tem que deliberar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Tem que deliberar, claro...

O SR. ADELINO FOLLADOR – mas eu quero adiantar aqui para pedir vista.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, tem que agora, ele pautou, acatou os contrários se manifestam, peço que o senhor coloque.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – 13 assinaturas, é coletivo...

O SR. JESUÍNO BOABAID- 13 assinaturas? Vamos lá segue o rito...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o requerimento. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos se manifestar então, os contrários se manifestem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – 8,9

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Se são 13 assinaturas Presidente, sobra 11...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – 9

O SR. JESUÍNO BOABAID – 9 só?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Só 9. Está aprovado. A matéria entra na Ordem do Dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID- O senhor vai incluir a pauta agora...

O SR. LAERTE GOMES – O senhor vai incluir para votar agora, Presidente?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Agora vai ter que pedir...

O SR. CLEITON ROQUE – Presidente eu quero pedir vista da matéria?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O deputado Cleiton está pedindo vista.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, ele não pediu vista...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Já tem pedido de vista...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, ele não pediu vista...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está concedido.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não colocou ainda para pautar, tem que colocar para pautar, colocar para pautar agora...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu já pedi vista...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, deputado Adelino não, agora é só pauta.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Tá bom, vou fazer a correção. Não estava votado os 13 contrários?

O SR. JESUÍNO BOABAID – O requerimento para entrar...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, tirou para...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Já pedimos vista, o senhor votou para desarquivar o projeto, agora o senhor coloca em...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Adelino Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A vista não é agora...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, é a vista agora, não é agora, coloca agora. Presidente coloca agora para votar...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Coloca em votação agora Presidente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vamos solicitar ao Secretário que faça a leitura da matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário Ad Hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 102/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 128. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011, que "Dispõe sobre a exclusão de áreas da Estação Ecológica Estadual Serra Três Irmãos, da Área de Proteção Ambiental Rio Madeira, da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Vermelho – C e da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e destina tais áreas para formação do Lago artificial da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio", para conformação do lago artificial da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e otimização da geração do potencial elétrico.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Sr. Presidente eu gostaria que o senhor colocasse em votação o Requerimento verbal, por que esse projeto está sobrestado. Então o senhor coloca em apreciação no plenário...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Já foi colocado, já foi vencido, já foi votado...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já foi vencido deputado, já votado. Agora solicito o deputado Jean para ...

O SR. JESUÍNO BOABAD – Ele não pode, tem que ser da comissão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito deputado Marcelino Tenório para emitir o parecer...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem Presidente? Tem que ser nominal o....

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente já tem o parecer dado, o parecer contrário da comissão...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não ele conseguiu vencer, ele venceu, agora coloca...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ele venceu, para não aprovar tinha que ter 13 votos contrários, teve a favor...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, o senhor perguntou para colocar em pauta, não o parecer...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente uma Questão de Ordem? O que precisa ser feito que a matéria estava sobrestada, nós estamos desarquivando por ...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Coloca agora.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Mas os votos devem ser nominados pelo painel...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas tinha que pedir no momento oportuno, superou, superou. Bota agora o relator, deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – E quem sabe quais foram os deputados?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Espera Deputado Luizinho, espera. Agora a gente pede vista.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agora eu quero pedir vistas, só leia o parecer que eu vou pedir vistas.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, e tem que fazer o parecer, dá o parecer.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, tem que ter o parecer, depois...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Meu parecer já é contrário, já está amparado para...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Adelino, calma Deputado Adelino.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu só quero que fique registrado nos Anais desta Casa os deputados que foram contrários, só isso, a gente tem que registrar quem foi contrário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno V.Ex^a entendeu, está entendido.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Entendi.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, o que eu estou pedindo é que os deputados que se manifestaram....

O SR. JESUÍNO BOABAID – Contrário e registrado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Que fosse registrado, porque a gente sabe quantos votos tem, mas não sabe quais os deputados são, era importante cada deputado nominal.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, já foi superado, já foi superado, esse voto é simbólico.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Superado, mas não tem o registro.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, eu quero que registre os nomes aí de quem votou contra.

O SR. SAULO MOREIRA – Quais os nomes dos deputados que foram contra, Presidente, os nomes dos deputados...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Registra os nomes e vê quais os deputados que votaram contra.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Superado, deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu não estou pedindo nova votação, simplesmente pedindo para que registre os deputados.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Tem que registrar em ata e também nos Anais da Casa os deputados que votaram contra.

O SR. SAULO MOREIRA – Eu cobro os nomes dos deputados que votaram contra, Presidente. Registrar os nomes dos deputados que votaram contra.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado já está superado, vocês votaram de pé está votado. Eu solicito ao Deputado relator para que emita o parecer, Deputado Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei Complementar 102/16 do Poder Executivo/Mensagem 128. Altera dispositivos

da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011, que “Dispõe sobre a exclusão de áreas da Estação Ecológica Estadual Serra Três Irmãos, da Área de Proteção Ambiental Rio Madeira, da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Vermelho – C e da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e destina tais áreas para formação do Lago artificial da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio”, para conformação do lago artificial da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e otimização da geração do potencial elétrico.

Senhores Deputados, senhora Deputada, senhor Presidente, o Projeto dentro da legalidade dele e constitucionalidade do projeto e redação, meu parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pedido de vista, está com vista, Deputado Adelino...da matéria, tem três vistas que na verdade só para deferir. Presidente dá vista ao Deputado Adelino ou para o Deputado Jesuíno ou para o Deputado Léo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu que pedi antes, eu pedi antes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente ou para o Deputado Adelino que pediu, dê para o deputado Adelino, foi ele que pediu isso aí.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Fui eu que pedi antes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Dê para o Deputado Adelino.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O Deputado Adelino pediu vista. Isso é uma coisa muito suja que está sendo feita aqui, Presidente, isso aí não devia ter feito.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vai obstruir a Casa, vai inviabilizar a votação aqui, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Está errado isso aí.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Laerte, dê para o Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, defira o meu pedido, por favor.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Cleiton vai ter que abrir mão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, ele abre mão, é do Deputado Adelino, ele tem que abrir mão. Vai obstruir todas as votações aqui, Presidente.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, é uma matéria que precisa ser discutida em plenário, nós queremos é que seja discutida em plenário, que todos os deputados participem, não pode ser discutido apenas numa única comissão, por isso a nossa intenção de pedir vista e trazer aqui em plenário, colocar em discussão e eu ia pedir vista. Mas se o Deputado Adelino faz tanta questão de pedido de vista eu retiro o meu pedido de vista para o Deputado Adelino. Agora para ser discutido aqui em plenário, tem que ser discutido em plenário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não é só aqui em plenário não. Questão de ordem, senhor Presidente. Não é só aqui em plenário que tem que ser discutido não, tem que ser discutido com o povo que está lá sofrendo, é com esse povo que tem que discutir.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está deferido o pedido de vista do Deputado Adelino.

O SR. LAERTE GOMES – Só para concluir, Presidente, parabenizar aqui a sensibilidade, Deputado Cleiton, porque eu entendo Deputado Adelino que V.Ex^a tem que ser o relator da matéria porque já foi na primeira do Projeto na CCJ. Eu acho que tem que ter o respeito, o colega, parabéns está querendo abrir mão. Parabéns, Presidente, pela celebridade de entender isto, porque o deputado Adelino ele está com este processo a um, ano e pouco relatando. Então eu acho que é justo. A questão de ganhar ou perder no Plenário é uma questão democrática. Isto faz parte do processo eleitoral, faz parte. Agora nós temos também que reconhecer isso. Foi dado o pedido de vista ao Deputado Adelino, com certeza vai ter o recesso Parlamentar, vai ter este tempo para trabalhar e depois volta-se e vota. Quem quiser votar a favor temos o Placar ali quem for contra, eu...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, presidente, presidente...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Presidente. Eu quero falar só uma coisa aqui, Presidente, peraí só um momento. Eu respeito aqui só uma situação regimental. Uma situação regimental. O prazo de pedir vista deste projeto é de 07 dias. Esta Casa aqui tem agido de forma harmônica. Todos os deputados têm uma boa harmonia. Não podemos pautar este projeto antes de discutir com todos os envolvidos, tantas partes, mesmo ouvindo hoje alguns falamos que esta Casa não fez nada, que foi uma agressão que não poderíamos levar. Temos deputados aqui, os deputados que estão levando, cada um tem um entendimento, tem uma votação. Foi uma afronta também o que falaram que deputado aqui não está a favor de comunidade, que não está fazendo nada, as nossas competências legais nós estamos buscando, inclusive teve a reunião como Prefeito. Não podemos aqui, presidente, usar o Regimento para pautar isso em Extraordinárias.

O SR. LAERTE GOMES – Não pode. Vossa Excelência sabe que não pode...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Que fica aqui o acordo. Não, que fica falando aqui. Poder pode. Poder pode

O SR. LAERTE GOMES – Mas não vai fazer isso. Presidente o compromisso.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, Deputado Herminio, só um pouquinho. Deixa eu falar eu gostaria que Vossas Excelências ouvissem. Eu coloquei em pauta o projeto hoje, justamente por falta de respeito das pessoas que principalmente do MABE, que não respeitou esta Casa, e disse que esta Casa não estava fazendo nada. Todo o

tempo a Casa está fazendo tudo para resolver o problema do impasse que tem na usina. Então hoje nós fomos desacatados pelo MABE aqui. Então eu falei: vou colocar na pauta para vocês aprenderem a respeitar esta Casa, então está na pauta que MABE não tem poder para resolver nada, não. Quem tem poder de resolver é esta Casa de poder fazer alguma coisa por vocês.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente. Ô Presidente, eu só queria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Poder resolver esta Casa. O Deputado Hermínio estava lá, o Deputado Jesuíno. Alguém dizendo que fez pelo povo, não. Tem pessoas aproveitando desta situação. É isso que a gente tem visto e nós temos testemunha disto. Nós temos testemunha disto. A Casa, não. A Casa quer resolver o problema do impasse de todos. Inclusive amanhã o Prefeito da Capital, Hildon, que já esteve aqui hoje, o Ministério Público Estadual, Federal nós vamos estar assentando e discutindo, conversando. O Tribunal de Contas e no final nós vamos tomar uma decisão e vamos votar este projeto, deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Agora nós não vamos aceitar um grupozinho que está vivendo só para isso, que já foram uma, duas, três vezes pessoas que foram indenizadas vir aqui achando que mandam nesta Casa. Não. Aqui tem, quem veio para cá foi com voto da maioria do Estado de Rondônia. Então tem que ser respeitada esta Casa. Ninguém aqui vai de goela abaixo, não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Senhor Presidente eu concordo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Entendeu deputado? Eu não aceito Deputado Lebrão, votar nada de goela abaixo achando que alguém vem ao Plenário aqui ameaçar deputado e dizer que deputado não está trabalhando. Entendeu deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Senhor Presidente, veja bem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Que respeite esta Casa. Todos os projetos que vieram para esta Casa é discutido é debatido e votado, mas precisa ser respeitado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Senhor Presidente, ninguém está questionando o Poder desta Casa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazinho, é porque Vossa Excelência não estava aqui para escutar que estavam desrespeitando eu e o Deputado Jesuíno.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O senhor me escuta agora, por favor? Porque eu vivo, eu vivi desde a época da FETAGRO o que este povo está passando por causa das Usinas. Eles estão ansiosos...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Eu sei bem, Deputado Lazinho, o que estão passando, mas aproveitadores têm muitos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Se o senhor me deixar falar. Vossa Excelência é o Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Deputado Maurão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)- Deputado Hermínio, por favor.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Vossa Excelência é um Presidente democrático, não é? Vamos superar isso. E eu acho que Vossa Excelência só está errando em uma coisa: em colocar o que ouviu, o que não precisava ouvir e o que esta Casa não precisava ouvir.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)- Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só completar. Só completar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)- Nós fomos com todo respeito conversar com ele. Nós fomos lá para ouvir ele. Nós não tínhamos obrigação de ouvir, fomos lá para ouvir.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Veja bem. Eu não estou aqui pautando o que foi dito de um lado e de outro. O que eu estou dizendo aqui é que esta não é a melhor maneira de resolver. Não é com o Prefeito que vai resolver isso. Porque o Prefeito está pensando nos R\$600.000,00, que segundo ele está perdendo. O que nós temos que pensar aqui é o que o povo está passando lá dentro. É com este povo que a Assembleia tem que conversar. É ir lá ver. É com o agricultor que não pode plantar um pé de mandioca, é com o morador de lá que não tem água potável pra beber. É com a Vila que vai ter que sair fora. Acho que Vossa Excelência tem todo o poder. Vossa Excelência pode colocar o Projeto na hora que quiser. Perdendo voto Deputado Laerte eu já acostumei perder aqui, não tem problema. Agora, a gente não precisa usar de manobras pessoais para fazer estas coisas. Por que é que só agora está querendo? Por que é que só agora.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazinho, o Regimento da Casa. Se tem o Regimento da Casa é para ser respeitado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Por que é que só agora...Vossa Excelência vai...Eu ouvi Vossas Excelências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não é de manobra, deputado. Se não quer defender vai defender de outro jeito. Não desse.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu vou defender o que eu estou defendendo porque eu fui eleito para ficar aqui. É aqui que eu vou defender como Vossa Excelência tem direito de defender.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Aqui não tem manobra, a Casa seguiu o Regimento...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O que estou dizendo é que o Prefeito, que o Governo do Estado não veio atrás disso, agora está vindo. Por que está vindo agora? Porque não veio antes tentar resolver. Porque não chamou o Ministério Público Federal para cumprir o que está nas exigências. Eles não chamam. O Ministério Público está aí falando que está errado, o IBAMA está dizendo está errado e não chama para resolver. É isso que estou dizendo. Agora, Vossa Excelência tem a competência para ajudar a resolver, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazinho, é por isso que nós vamos chamar eles amanhã, e só vamos votar se tiver o parecer favorável.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu concordo com Vossa Excelência, agora. É isso que eu quero do senhor, que chame o Ministério Público Federal e os órgãos e resolva. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu gostaria senhor Presidente, eu gostaria de agradecer ao Deputado Cleiton Roque que com certeza e a Vossa Excelência que abriu mão em função da vista que nós tínhamos direito, mas havia um impasse e parabenizar, e nós precisamos. Eu à Jaci-Paraná, e a situação do pessoal é crítica, eles estão desesperados. Você não pode levar em conta, ninguém pode levar em conta, até vários deputados que acharam ruim, porque tem algumas pessoas que, às vezes não respondem por todo o pessoal de Jaci, mas nós com certeza. Quem depende para votar esse Projeto, e esse Projeto está parado, não é porque a gente quer não, é porque a Usina não cumpriu nada do que prometeu. Só ficam empurrando com a barriga. Então, para votarmos aqui, precisa que eles façam alguma coisa, que eles resolvam a situação da pactuação que foi feita. E baseada, depois disso, nós temos que estudar a pactuação dos 80 centímetros. Mas primeiro tem que cumprir; tirar todo aquele pessoal. Tem um estudo que está sendo feito, que está previsto para abril, que eles podem adiantar baseado nisso para depois a gente voltar a discorrer junto com o Ministério Público Federal, junto com o Ministério Público Estadual, junto com todos os órgãos fiscalizadores para que agente tenha um entendimento, para que aquele pessoal ali não continue no prejuízo, porque, com certeza, se tivesse feito um estudo real dessas Usinas, não seria feito essas Usinas. Hoje nós estamos tendo energia para o Brasil à que custo, ninguém imagina à que custo social, à que custo ambiental, à que custo à população de Rondônia. Então, essas Usinas estão dando prejuízo, está falindo os Prefeitos do interior, porque está criando uma arrecadação para a Capital fictícia. E o Prefeito quer mais para poder tirar mais dos municípios do interior. Então, só trouxe polêmicas, só trouxe coisas negativas essas Usinas. Eu vejo lá no Sul, lá no Rio grande do Sul, eu conheço a Usina de Passos Fundo, conheço a Usina de Itá, lá todo mundo convive bem, todo mundo cumpriu com todas as exigências, as pessoas são todas amigas do pessoal das Usinas, aqui parece que eles vêm só buscar o dinheiro e vão embora e não olham mais para trás. Precisam olhar esse pessoal. Qualquer lugar do Brasil; vai à Itaipu, veja se ficou alguma pessoa descontente, todo mundo foi indenizado, todo mundo discutiu. Está aqui o Deputado Airtton que conhece aquela região, todas as usinas do Brasil têm

respeito, agora, aqui parece à casa da mãe Joana, todo mundo chega aqui e faz o que quer. Nós precisamos exigir respeito, respeito desta Casa, respeito. E eles nunca aceitaram um convite nosso para vir à Comissão, nós convocamos, nós convidamos, eles nunca olharam para nós. Só vieram agora porque eles ganharam uma ação lá em Brasília e acharam que não precisava mais de nós, aí quando eles viram que precisavam desafetar as três florestas, tiveram que vir aqui pedir para a gente. E, estão vindo mandando somente um advogado, um advogado que é filho do Itamar lá de Ji-Paraná, e ele não tem compromisso nenhum, amanhã o demitem, nós vamos cobrar de quem? Então, nós precisamos ter respeito com a população, vamos ver o que eles cumpriram e o que eles não cumpriram para a gente tomar providência.

Então, eu acho que esta Casa, eu tenho certeza que não vai votar esse Projeto, até resolver o problema dele lá, até ter um entendimento com eles, real, concreto, junto com o Ministério Público Estadual, junto com o Ministério Público Federal. Obrigado.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Questão de Ordem, Questão de Ordem...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Senhor Presidente, só para. Pessoal, essa situação, a gente sabe o tanto que é grave essa situação. E não é uma coisa fácil de solucionar. Por isso, contar e dar discurso sobre essa realidade dessas Usinas desde o início até agora, não adianta que todo mundo sabe. O que a gente tem que achar daqui para frente: é achar meios de resolver para pelo menos que a população não fique no prejuízo, na situação que está Deputado Maurão, o senhor Presidente Maurão, o senhor sempre recebe, eu sempre até falo: o nosso Presidente Maurão pode até não resolver os problemas de todos que chegam à Assembleia, mas ele recebe todo mundo. E aqui o MAB, o Movimento dos Atingidos de Barragem é um Movimento que tem que ser respeitado. É natural o movimento de qualquer segmento, às vezes, xingar o político, nós que somos políticos, quando alguém me xinga, eu tento explicar para ele, convencer ele. Não adianta Deputado Maurão, a população nunca está errada, às vezes, falam palavrão, xinga a gente, mas nós temos que ter essa sabedoria, nós temos que respeitar a população. Eu falei para eles, vocês podem... Eu pedi: 'não xinga não, que não é no xingamento que a gente vai resolver nada, nós vamos resolver com muito diálogo'. Parabéns, Deputado Adelino, por ter conduzido esse processo na Comissão e eu estou vendo a forma que Vossa Excelência está levando. E eu espero, Deputado Maurão, que esta Casa, sob sua liderança, Daniel Pereira, o Prefeitode Porto Velho, o Prefeito de Porto Velho chegou ali na sala ali, parecendo que, "não, tem que resolver logo porque o município está perdendo R\$ 600 mil". Querendo, falando assim como se nós fôssemos moleques de recado e tivéssemos, 'não, os Deputados de Porto Velho têm que votar logo esse projeto'. Amanhã eles vão divulgar dizendo que nós estamos dando prejuízo - cadê os Deputados de Porto Velho? – aqui Deputado Ribamar, o Deputado Jesuíno, enfim, o Deputado Jean que é de Porto Velho também, o Deputado Léo, vão dizer, ele vai dizer que nós somos culpados, pressionando nós para votar esse projeto. Deputado Maurão, nós não podemos votar esse projeto da forma que ele está hoje. Agora, depois que reunir a população, enfim, todas as partes, aí sim se ajeita só um entendimento, porque não adianta a gente ficar aqui dando discurso ou querendo aprovar as coisas na marra, não adianta. Eu que-

ria que esse projeto tivesse sido votado hoje, Deputado Lazinho, e nós tivéssemos derrubado ele hoje. A minha preocupação dessa vista, porque ela vence daqui a 07 dias, eles reúnem aqui uma Extraordinária, véspera de Natal e aprova. O que é que eu quero dizer aqui, Deputado Jesuíno, Vossa Excelência que entende bem de Regimento. É que esses 07 dias, ele tem que ser contado no período ordinário, a partir de amanhã nós estamos de recesso. Esses 07 dias têm que ser contados a partir de 15 de fevereiro.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Fevereiro.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Esse projeto não pode ser votado aqui véspera de Natal ou véspera de Ano Novo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Claro que não.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Ele tem que voltar a ser discutido só depois de fevereiro. É isso que esta Casa tem que fazer o compromisso aqui, de só discutir esse projeto, aí chamar a população toda que foi prejudicada direto por isso, para que se discuta isso aqui a partir de fevereiro. Que não volte isso aqui na calada da noite, véspera de Natal ou véspera de Ano Novo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, só uma proposta aqui, só para finalizar, para acabara discussão. Todos os Deputados que votaram contrários...

O SR. LAERTE GOMES – Vamos seguir a matéria. Já está com pedido de vista, está vencida.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Calma, calma, Deputado Laerte. Amanhã estaremos buscando o Judiciário com 12 assinaturas para manter o nosso pedido de vista, porque está garantido no Regimento.

O SR. LAERTE GOMES – Já está com pedido de vista, foi dado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, para não ter Extraordinária.

O SR. LAERTE GOMES – Extraordinária não vai ter. O Presidente vai assumir o compromisso aqui, não precisa disso não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, amanhã está convidado o pessoal do Judiciário, nós vamos conversar com eles. Nós queremos um entendimento. Nós não estamos aqui para votar projeto de goela abaixo não. Eu só coloquei esse projeto hoje para forçar, para que a gente possa chegar a um entendimento. O entendimento aqui, jamais nós vamos votar um projeto aqui prejudicando as pessoas de Jaci. O que nós pudermos nós vamos fazer para que tenha um entendimento melhor. Nós queremos votar um projeto que já está há 01 ano nesta Casa, Deputado Lebrão, sem solução. Então, eles agora têm interesse de votar, a Casa não vai ficar aqui segurando um projeto de um ano passar para o outro. Quando é o ano que vem, chega o ano eleitoral, e a grande maioria vai ter dificuldade até para votar alguns projetos aqui, jamais nós vamos votar um projeto desse aí. Aí continua o Estado perdendo, o município perdendo, as pessoas perdendo, têm as 290 famílias, que está aqui à grande maioria delas, que não foram indenizadas, que eles assumiram o compromisso de indenizar. Isso vai ter que ser documentado e nós vamos aprovar uma lei podendo ser revogada.

Porque se não for cumprida com vocês, nós vamos revogar a lei, nós vamos amarrar isso. Agora, não adianta nós ficarmos dizendo que não vai votar, que vai passar um ano, vai passar dois, o projeto vai ficar aqui e nós não vamos achar uma solução para resolver o problema de vocês.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, a matéria está vencida.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Laerte, mas eu queria explicar para que as pessoas e os Deputados tivessem a compreensão e o entendimento, saíssem daqui, que nós não estamos aqui querendo prejudicar ninguém. Nós somos a favor que a Usina pague os direitos das pessoas e que pague pelo menos uma parte do prejuízo, porque tudo não vai pagar não. Tudo não vai não, o prejuízo é muito grande. Igual ao que o Deputado Adelino falou aqui, a falta de respeito que eles têm com a gente é muito grande mesmo. A Comissão chamou eles por várias vezes aqui, eles nunca vieram. Eles só estão vindo agora porque estão perdendo um milhão por dia, senão não estavam vindo atrás desta Assembleia não, atrás aqui do Poder Legislativo. Só estão vindo por causa desse prejuízo. Agora é a hora, Deputado Adelino, de nós sentarmos com o Ministério Público, com o Judiciário, a Assembleia, com as pessoas que estão sendo prejudicadas e resolver o problema. É hora de resolver, porque senão vai passar um ano, vai passar dois, vocês vão continuar nessa esperança e nunca vai resolver. A Assembleia está a favor de resolver o problema de vocês, gente. Não pense que eu fiquei chateado, quando o Deputado Jesuíno ficou chateado de alguém dizer que nós não estávamos fazendo nada, isso aí deixou nós chateados mesmo, mas independente, não é por causa disso que nós vamos querer prejudicá-los. O compromisso que eu quero assumir com vocês é que nós vamos discutir juntos e vamos fazer de tudo para ajudar todos vocês, viu gente? Esse é o compromisso que eu quero, não vamos votar nada aqui comextraordinária, o projeto, nós vamos respeitar o Regimento, e com isso nós teremos prazo para poder discutir e votar conforme seja melhor para atender vocês que vêm esperando há tanto tempo. Está bom?

O SR. LAERTE GOMES – Próxima matéria, Presidente.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, por favor, eu quero me manifestar. Com todo respeito que tenho a esta Casa, a Vossa Excelência a gente tem que entender que isso é muito maior do que uma relação interpessoal, isso não é uma discussão entre pessoas em gostar e não gostar, ficar chateado ou não por um movimento ou se ele é legítimo ou não, isso é uma questão social senhor Presidente, e quem sabe é quem convive com esses problemas. Eu ouço muito só falar e tão somente falar sobre Jaci-Paraná, mas calma lá, a gente está poluindo isso a muitos anos das mazelas e da desgraça, fica tão somente no discurso? A gente está falando do Médio, do Baixo Madeira, a gente está falando dos bairros de Porto Velho, os bairros históricos que também foram afetados, a gente está falando sim, lá do Arigolândia, nós estamos falando da Baixa União, a gente está falando do Nacional, nós estamos falando sim de Niterói, Jocum, a Estrada do Belmont, todo aquele conjunto de bairros que compreende o Centro histórico de Porto Velho. Como confiar em alguém se até hoje não cumpriu com a sua obrigação? Como, se nós sabemos que existem condicionantes ajuizadas? Tanto na Justiça Federal como na Justiça do nosso Estado de Rondônia; tanto pelo Ministério Pú-

blico Estadual como pelo Ministério Público Federal e essas condicionantes não foram cumpridas. Vamos acreditar sim, final de ano em Papai Noel, mas, não em mentira da Usina senhor Presidente, não foi o que aconteceu até hoje, não adianta a gente falar que ia votar, aprovar, para depois reunir com as pessoas. Isso é um paradoxo, isso é um desencontro de informações, a Casa já falhou em outros momentos e nós sabemos disso, o impacto social, o ambiental, a contrapartida que era para ter sido dada não foi entregue. Nós estamos falando do Santa Rita, do reassentamento, nós estamos falando do Joana D'arc, nós estamos falando da Velha Mutum que foi destruída, acabou aquela história em benefício de um suposto presente a entregar a população. Qual o legado que até hoje foi deixado aqui em Porto Velho que é a minha cidade e que de repente não é compreendido em todo o Estado, que a gente pode enaltecer e falar de boca cheia. Existe alguma coisa? Se existe é muito pouco, é muito sensível. Vamos reunir, e aí todos que fazem esse movimento, porque infelizmente, poucos lutam pela maioria, essa é a verdade. Vamos fazer sim uma reunião, Ministério Público, fazer uma reunião com o Ministério Público Estadual, Federal, reunir, conversar com todo mundo para que encontre um denominador comum, agora, convenhamos, a ideia, a intenção era sim, votar goela abaixo de forma açodada sim discutir com a sociedade, tanto é que estava sobrestado lá com os membros da CCJ que fazem o trabalho na sua maioria muito bonito, na maioria das vezes, sobrestado por que não empregaram as recomendações e nem as condicionantes. Quantas vezes senhor Presidente tivemos Audiência Pública aqui, o rapaz, o advogado se quer sujou seu sapato por que entende que esse lugar não é bom. Quantas vezes Audiência Pública lá no antigo Forasteiro, uma Audiência Pública Mandrake, para inglês ver que não satisfiz a ninguém foram embora, levaram as nossas miçangas, os nossos espelhos, o nosso ouro, o pau Brasil e mais uma vez Rondônia é deixada de lado para varia, tudo como dantes no quartel de Abrantes. Então respeito a população, não são somente pessoas, é toda a população que quer saber o que que está acontecendo com as Usinas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Léo eu já vou fazer a última fala para que a gente possa ser rapidinho...

O SR. EDSON MARTINS – Presidente Maurão, só uma Questão de Ordem? Eu não falei nada ainda...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Explicar rapidinho só o raciocínio aqui do deputado Léo. O que eu quero dizer? Eu compreendo, entendo que Vossa Excelência está certo na sua fala, como todos os Deputados aqui estão Deputado. Agora, se nós deixarmos lá na Comissão, passou-se um ano não veio ninguém, não se resolveu, agora não entregaram, agora veio, está aqui no plenário foi pedido vista. Por quê? Nós já tínhamos conversado para esse visto acontecer, por que precisava desse visto para a gente forçar uma negociação. Se der, se eles virem com o apoio do Ministério Público, com o apoio do Judiciário a coisa na maior transparência nós vamos votar. Se não até eu sou contra, eu não vou votar prejudicando a população não, jamais eu vou fazer isso. Agora eu quero que chegue num acordo para que possa chegar num entendimento e resolver pelo menos parte daquelas pessoas que eles estão passando fome. Hoje eu recebi o Pastor Joel aqui, ele falou assim: Deputado tem gente passando fome lá no Jaci, tem criança comendo manga por que não tem um emprego. Nós

precisamos resolver o problema do emprego deles, precisamos que o Prefeito, que esse recurso que tem de setecentos e cinquenta mil reais por mês e também o Estado tem mais setecentos e cinquenta mil que eles abram mão e invista lá no Jaci, para que a gente possa levar indústria, possa arrumar o fomento para que essas pessoas possam ter o direito de ter um emprego, de trabalhar, não de passar fome. É isso que eu quero ajudar resolver o problema de vocês, é assim. Com manga ninguém se vive não, as crianças não têm condições. A situação de Jaci tem que juntar a Assembleia Legislativa, o Governo, o Judiciário, o Prefeito para que a gente possa resolver o problema de Jaci. Eu conheço o problema de Jaci porque eu tenho propriedade lá, o Deputado Jean tem, Vossa Excelência tem Deputado Léo, também o Vice-Governador que está interessado, nós queremos resolver, matar a fome daqueles que estão passando fome que é por causa dessa Usina mesmo, que deu emprego por um período e agora não tem emprego para nada. Antes, até os nossos vaqueiros foram trabalhar na Usinas, hoje você vai lá na cidade eles não tem esperança nem de se trabalhar uma diária. Então nós precisamos fazer uma força política e ir para Jaci-Paraná, arrumar solução para aquelas famílias que realmente está passando fome. Tem outros lugares com dificuldade, mas Jaci está muito pior. É isso deputado que está Casa têm o compromisso e jamais Deputado Lazinho, nós queremos fazer qualquer negociação com essas pessoas que nós nem conhecemos, nem conhecemos. Conhecemos o advogado que está aqui, que diz que está com carta branca para fazer a negociação com os Poderes. Se está, vai ser documentado, vai ser na maior transparência com o Ministério Público e a Assembleia; se não cumprir, nós vamos revogar essa mesma Lei e essa usina vai continuar com um milhão dela perdendo por mês, que ela está perdendo. Agora, nós não vamos fazer isso de qualquer maneira não, nós sabemos o que estamos fazendo aqui Deputado Luizinho e entendo que todos os 24 deputados estão na maior boa intenção de ajudar. Agora, até agora nós não conseguimos mesmo, nós tentamos ajudar, nós tentamos ajudar. Sabemos do prejuízo que vocês têm, sabemos que alguns não soube investir o que foram indenizado, isso aí eu sou consciente disso. Mas, não é por isso que nós vamos deixar de ajudar aqueles que estão com prejuízo e que precisa do emprego, que precisa da sua indenização, que precisa da ajuda do prejuízo que Jaci-Paraná teve, que as pessoas hoje estão arrancando a casa, estão arrancando lá Deputado Lazinho, porque os drogados, os noiados ficam lá dentro da casa, cheirando, cheirando pó lá dentro da casa. Para não acontecer isso Deputado Léo, eles arrancam a casa, falaram para mim, eu estou lá constantemente, estão vendendo casa por mil reais, é isso que está acontecendo em Jaci. Então, precisamos o quê Deputado Airton? De uma força da Assembleia Legislativa, do Governo do Estado, do Judiciário e do Prefeito, que enxerguem Jaci, somando a nossa força. É isso que esta Casa quer, é isso que nós vamos fazer e eu tenho certeza, eu confio em Deus e tenho certeza que Deus está nesse negócio e nós vamos ajudar a resolver o problema de vocês.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, só queria de primeira mão dizer o seguinte. Eu vejo com preocupação, quando nós tínhamos uma matéria que foi dito aqui, que ela estava na comissão há praticamente um ano. É verdade. Isso não foi uma decisão de um deputado, nem de dois; foi de vários deputados. E em nenhum momento esta Casa deixou de procurar os Poderes, procurar os gestores dessas empresas, des-

ses complexos Rio Madeira e os próprios Poderes para debater esse tema. Quando se acende as luzes de Natal, e apagam-se as luzes do trabalho legislativo, surge à tona do nada esta matéria e ela tinha que vir para apreciação. Os mesmos que trabalhavam para que ela viesse para votação, são os mesmos depois quando ver aqui, praticamente uma votação perdida porque muitos deputados se posicionaram contra a aprovação desta matéria, ela foi tentada tirar de pauta, pedido vista, enfim. Agora, olha só a nossa situação; o pedido de vista é 07 dias, entramos em recesso e tudo bem que o Presidente assumiu uma situação. Mas, o que acontece? Mas a regra geral a gente sabe que é essa. Eu, por exemplo, não tenho programação nenhuma de viajar para fora do Estado, mas talvez eu esteja lá no interior, lá em Pimenteiras que dar 1.000 Km daqui e daqui a pouco marca-se uma Sessão Extraordinária, não dar tempo do Deputado Luizinho chegar. Então, eu quero deixar muito claro aqui o meu posicionamento, o meu voto; nada me convence a votar favorável a ampliação dessa cota dessas usinas, nada. Esse negócio de compensação de dez milhões, vinte milhões, trinta milhões, é balela. Se desse essas usinas para o povo de Rondônia, ainda eles não pagavam a conta. O Deputado Léo falou aqui, quantos distritos, quantas comunidades destruídas e tudo isso que eles fizeram, que foi essa grande destruição, nos tiraram inclusive o direito de usar energia que nós geramos. Rondônia gera energia e não pode usufruir dessa energia. Como é que nós podemos aceitar isso? Eu estou nesta Casa desde quando começou a circular a implantação dessas usinas, eu, eu inclusive fui convencido por essas mesmas empresas, com as suas palestras magníficas aqui, de que nós deveríamos ir para ruas com carro de som, pedindo para que se implantasse as usinas em Rondônia; inclusive eu vou mais longe, porque não saia a licença das usinas, eu propus aqui uma Nota de Repúdio para ministra na época, Marina Silva, que era domeu partido e quase recebi punição do meu partido por isso. Olha onde eu fui para ver aquilo que essas empresas venderam aqui nesse telão e em muitas Audiências Públicas que eu participei. Eles falavam, mostraram aqui, me recordo muito bem Deputados, Presidente Maurão, eles mostraram aqui uma Rondônia, escura, mostraram aqui uma Rondônia escura. E aí daqui a pouco veio a construção das usinas daquele filme maravilhoso, e aquilo foi se transformado numa Rondônia, clara, numa Rondônia diferente, numa Rondônia moderna, era tudo balela, nós fomos enganados, a nossa energia não nos serve, não nos serve. Então, hoje, eu fico pensando vão prejudicar ainda mais as comunidades ribeirinhas, vão colocar Porto Velho, e a sua gente em risco com banheiros, porque quando aumentar a pressão da água usina acima, a força da água vai dar efeito aqui abaixo, os banheiros que comeram parte da terra pertencente ao povo de Porto Velho. Eles vão destruir os nossos parques ecológicos. Aqui, nós temos cidadãos trabalhadores de várias regiões de Rondônia, Deputados de várias regiões de Rondônia, e sabem que muitos prefeitos, secretários de obras, já foram punidos porque tiraram uma tora, tiraram uma tora para fazer uma ponte, muitas vezes para poder passar uma ambulância para salvar uma vida. E aí agora, nós vamos destruir três parques ecológicos? Vamos colocar três parques ecológicos abaixo da água? Será que dez vinte ou trinta milhões de reais que eles dizem compensação paga essa conta do crime ecológico que nós estamos cometendo? Será que nós vamos deixar mesmo que seja com consentimento dos poderes do Ministério Público Federal, Estadual, dos meios ambientais IBAMA, SEDAM não me importa, nós vamos deixar continuar alagando a BR 364? Inaceitável, inaceitável. Eu ouvi todos os discursos aqui,

e muito me entristece se nós colocarmos preço na dignidade do povo de Rondônia, porque nós aprovarmos, nós aprovarmos uma atrocidade dessa contra o meio ambiente, nós aprovarmos uma atrocidade dessas contra o povo de Rondônia, nós colocarmos o nosso Estado em risco, porque se um dia com o aumento dessas cotas que o primeiro Projeto não era esse, ele já foi aumentado duas vezes, está indo para a terceira e romper uma usina dessas, adeus Porto Velho, adeus Rio Madeira, adeus povo de Rondônia. Lá na minha Cidade de Vilhena, Deputada Rosângela, a sua família sabe por que era proprietária de parte de uma mini usina hidrelétrica, mini usina, e ela foi feita com toda engenharia com as mesmas propostas dessas, e ela rompeu a sua barragem e trouxe o maior impacto ambiental já visto na região do Cone Sul do Estado de Rondônia. E era pequenininha, ela total era menos do que uma turbina dessas, imagina se isso acontecer com Rondônia. Eu não acredito que tenha proposta alguma dessas pessoas que compensem a honra do povo do meu Estado, não é justo, não vamos votar favorável a esta aprovação, porque talvez isso seria a maior covardia que nós podemos fazer. E agora, vai um recado para vocês, estão aqui lutando por uma compensação voltem para suas origens, voltem para as beiras dos rios, para as beiras dos lagos, porque não adianta ir lá querer levar mais uma migalha para vocês para Vista Alegre, para Nova Mutum ou para onde quer que seja, para matar a fome até eles podem fazer o que eles querem aqui e se dar bem, e depois mais uma vez o povo vai ficar sofrendo. Voto contra, e não aceito porque eu amo Rondônia, muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, uma questão de ordem Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Eu gostaria também de deixar aqui as minhas palavras, eu sei que a discussão foi bastante acalorada nessa tarde. Deixar também a minha indignação Deputado Hermínio, que um Estado que nós temos aqui as usinas para gerar a energia para outros Estados, que não serve para nós, e nós pagamos a maior energia do Brasil, agora um aumento de 8, 9% quase na taxa de energia realmente isso é inaceitável para nós. Mas, eu acho que o momento Deputado Léo, é oportuno também nós desarmarmos esse Projeto e trazer essa discussão, e trazer as autoridades competentes para que possam discutir e colocar no papel, assumir compromisso com documentos, qual será o compromisso de indenização de compensação ambiental, e as pessoas não podem ser prejudicadas, as pessoas que moram ali vão ser simplesmente desapropriadas, colocadas, eu acho que não pode tem que ser respeitada o direito de cada um. Eu acho que o momento é oportuno para trazer essa discussão por que se nós omitirmos de discutir aqui nesta Casa que é o local que tem que ser discutido, com certeza pode vir daqui a pouco um mandato de segurança por excepcional interesse público e empurrar de goela abaixo e nós não termos a oportunidade nem discutir aquilo que é do interesse do Estado de Rondônia. Então eu acho que essa discussão teria que acontecer, sei que foi acalorada, eu espero que daqui a gente volte para discutir aqui nos próximos dias com todas as pessoas que tem a competência para discutir realmente e cumprir compromisso que fora assumido e aqueles que assumirem também para elevar o nível das águas do Rio Madeira que esse possa realmente

onde tiver impacto, que possa realmente serem indenizadas as pessoas, e respeitado o direito de cada um. Mas eu acho que a discussão é oportuna, porque se nós não discutirmos aquilo que é de competência dessa Casa discutir, com certeza podendo aí vir um mandato de segurança e nós não termos a oportunidade de discutir a questão das compensações. Seriam essas as minhas palavras, muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente só uma Questão de Ordem, bem rápido. A matéria foi pedido de vista, vencida, nós temos a segunda votação para votar ouvamos votar hoje ou vamos votar amanhã, já está superado isso...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu queria propor deputado líder, deputado Laerte para a gente votaramanhã e aí a gente encerra a Sessão, e amanhã a gente dá continuidade na Sessão.

O SR. LAERTE GOMES – Ou fica as matérias prejudicadas se deixar para amanhã?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Tem o dia todo amanhã para votar, vai, amanhã todos os deputados têm que estarem aqui gente, se nós não votarmos todas as matérias, num limpar a pauta, aí ninguém vai entrar de recesso. E aí a gente vota amanhã. Ok.

Bom gente agradecer a todos, já são 21 horas vamos encerrar a Sessão por hoje. Encerrada a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco uma Sessão Ordinária para o dia 13 de dezembro, no horário regimental, às 9 horas da manhã.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 58 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 0049/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

RELOTAR

JOAQUIM PEREIRA COELHO, matrícula nº. 100009367, ocupante do Cargo de Agente de Serviços, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, a partir de 08 de janeiro de 2018.

Porto Velho, 09 de janeiro de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 0050/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

PRORROGAR:

A cedência para o Poder Executivo Estadual, o funcionário **LE-ANDRO VICENTE LOW LOPES**, matrícula nº100000390, cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo de Pessoal desta Casa de Lei, para desenvolver suas atividades junto a Secretária de Estado de Finanças - SEFIN, sem ônus para este Poder Legislativo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Porto Velho, 09 de janeiro de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 0054/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

TORNAR SEMEFITO

O ATO Nº 2544/2017-SRH/P/ALE, 13/12/2017, que exonerou o servidor **ELIENIO DE NAZARE NASCIMENTO**, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 213, de 18/12/2017.

Porto Velho, 10 de janeiro de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 0009/2018-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, e considerando o contido no Processo Administrativo nº 00015496/2017-06, resolve,

CONCEDER:

Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 123 da Lei Complementar nº. 68/92 de 09 de dezembro de 1992, a servidora **RÚBIA LUZ DA SILVA**, Assistente Técnico Legislativo, cadastro nº. 100010736, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotada no Departamento Médico, no período de 01/02/2018 a 01/05/2018.

Porto Velho, 08 de janeiro de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL